

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

**PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA MISSÃO PERMANENTE DO BRASIL
JUNTO À UNIÃO EUROPEIA, EM BRUXELAS**

Candidato: EMBAIXADOR PEDRO MIGUEL DA COSTA E SILVA

PERFIL DO CANDIDATO

Nascido no Rio de Janeiro (RJ), em 1966, o Embaixador Pedro Miguel da Costa e Silva é bacharel em História pela Universidade Nova de Lisboa. Formou-se no Instituto Rio Branco em 1992, no primeiro lugar da sua turma.

De 1992 a 1996, trabalhou na Divisão de Comércio Internacional e Manufaturas e fez estágios na Embaixada em Caracas e na Missão nas Nações Unidas em Nova York.

Entre 1996 e 2000, serviu na Delegação Permanente em Genebra, sendo responsável por temas de acesso a mercados, regras comerciais e solução de controvérsias da Organização Mundial de Comércio (OMC). Nesse período, também foi membro do Órgão de Monitoramento de Têxteis da OMC e presidente do Comitê de Acesso a Mercados da OMC.

De 2000 a 2003, serviu na Embaixada em Santiago como chefe do setor econômico e chefe do setor de promoção Comercial.

De 2003 a 2005, serviu na Embaixada em La Paz como chefe do setor econômico e de energia. Em 2005, defendeu tese do Curso de Altos Estudos para Diplomatas (CAE), sob o título “A Petrobras na Bolívia: Consequências para as Relações Bilaterais e para a Política Externa”.

De 2005 a 2009, trabalhou na Assessoria Especial da Presidência da República, em temas de política externa. Nesse período, também foi examinador do Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata e orientador e examinador do Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas do Instituto Rio Branco (IRBr). Mais tarde, voltaria a contribuir com o IRBr como relator de bancas do CAE.

Serviu como ministro-conselheiro nas embaixadas em Madri (2009-2014) e em Ottawa (2014-2016), com a função de supervisionar todas as áreas de atuação dos dois postos. De janeiro a maio de 2016, foi chamado a serviço ao Brasil, para trabalhar na Assessoria Especial da Presidência da República.

Regressou a Brasília de forma definitiva em dezembro de 2016, para chefiar o Departamento Econômico do Itamaraty, área responsável por temas de acesso a mercados em bens agrícolas

e industriais, regras comerciais, defesa comercial, propriedade intelectual e solução de controvérsias, além da coordenação da participação do Brasil na OMC, na OCDE e noutras organizações econômicas internacionais. Nesse período, chefiou as delegações brasileiras aos grupos de trabalho sobre comércio e investimentos do G20 e dos BRICS.

Desde janeiro de 2019, chefia a Secretaria de Negociações Bilaterais e Regionais nas Américas, que tem como atribuições as relações bilaterais com os países do hemisfério e a participação do Brasil em foros regionais. É, ademais, coordenador nacional do MERCOSUL, negociador-chefe para os acordos comerciais regionais e extrarregionais, como o Acordo de Associação MERCOSUL-União Europeia, e coordenador da Comissão Nacional da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica. De janeiro de 2019 ao final de agosto de 2021, integrou o Conselho de ITAIPU Binacional.

O embaixador Pedro Miguel da Costa e Silva tem demonstrado capacidade de promoção da política externa brasileira em postos-chave para a diplomacia brasileira, como Genebra, Santiago, La Paz, Madri e Ottawa e em funções de assessoramento e chefia no Brasil. Sua experiência profissional, especialmente em temas econômicos e comerciais e em negociações internacionais, certamente auxiliará na defesa dos interesses brasileiros perante a União Europeia.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE) ¹**VISÃO**

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática no mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior.
3. Promover serviços consulares de qualidade.
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais.
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais.
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior.
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

¹ O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos se alinha ao PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO Alinhado ao PEI-MRE

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática do mais alto padrão de excelência.

MISSÃO DO POSTO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações com a União Europeia (UE).

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Trabalhar pela pronta conclusão e implementação do Acordo de Associação MERCOSUL-União Europeia, tendo em vista seu impacto positivo para os interesses brasileiros e para a relação com a União Europeia;
2. Trabalhar com vistas a remover as barreiras existentes ao comércio e investimentos entre Brasil e União Europeia, a evitar novas barreiras e entraves e a contribuir para o aumento das exportações e dos investimentos;
3. Buscar o pleno funcionamento dos mecanismos e instâncias previstos na Parceria Estratégica entre o Brasil e a União Europeia, com o objetivo de construir uma agenda positiva e mutuamente benéfica, cada vez mais ampla em termos de temas, e que seja condizente com o papel que Brasil e União Europeia desempenham no mundo e com os laços econômicos e culturais que historicamente compartilham, tendo presente os valores democráticos comuns que fundamentam nossos países e sociedades;
4. Promover a imagem do Brasil e de seus produtos e serviços, por meio da difusão de informações atualizadas e precisas, de forma a dirimir eventuais percepções equivocadas acerca do país, com especial foco dedicado aos setores de meio ambiente, desenvolvimento sustentável e direitos humanos;
5. Contribuir para aumentar a influência do Brasil nos processos decisórios regionais e internacionais, por meio da articulação com as instituições europeias e, ao mesmo tempo, buscar o apoio da União Europeia a iniciativas que contribuam para a maior inserção do Brasil nos organismos e agrupamentos internacionais, inclusive no tocante ao processo de acesso à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE);

6. Examinar, monitorar e, quando possível, influenciar as tendências políticas, legais e regulatórias relevantes ao projeto europeu com potenciais efeitos sobre os interesses brasileiros relativos às relações econômico-comerciais e socioambientais, além daquelas pertinentes às agendas: digital, de inovação, de estado de direito, democrática, de direitos humanos e de políticas migratórias, entre outras;
7. Explorar mecanismos de cooperação científica, técnica, tecnológica e educacional pelos quais Brasil e União Europeia possam compartilhar soluções e práticas exitosas, inclusive em benefício de terceiros países, tendo em vista a busca comum do desenvolvimento sustentável, com foco na erradicação da pobreza; e
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE

I - Promoção de comércio e investimentos;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Promover a conclusão das pendências técnicas, do processo de revisão jurídica e outros aspectos direta ou indiretamente relacionados à negociação do Acordo de Associação MERCOSUL-UE, assim como sua posterior assinatura, ratificação e implementação;
2. Contribuir para a ampliação e a consolidação do acesso dos produtos brasileiros à UE, em particular pela superação de obstáculos tarifários e regulatórios, que afetam especialmente o agronegócio:
 - Aprofundar a já profícua cooperação com os adidos agrícolas destacados junto à Missão, com vistas a identificar oportunidades e obstáculos relacionados ao acesso de bens agrícolas brasileiros no mercado da UE;
 - Apoiar o setor privado em seus esforços para o pleno aproveitamento do acesso disponível, inclusive no que se refere à utilização de quotas tarifárias;
 - Fazer, em conjunto com a Adidância Agrícola do posto, a gestão eficiente, eficaz e efetiva das notificações, de parte a parte, em matéria sanitária e fitossanitária (SPS), com foco na maior fluidez possível do comércio do agronegócio com a UE;
 - Retomar as reuniões do Mecanismo de Consultas SPS e do Diálogo de Política Agrícola bilaterais;
 - Contribuir para o constante aprimoramento da confiança entre os sistemas de inspeção e controle do comércio de produtos de origem animal, com foco em procedimentos seguros e ágeis; e
 - Promover a ampliação do acesso para produtos de origem vegetal do agronegócio brasileiro, como frutas e castanhas.

3. Promover a diversificação da pauta exportadora, com incremento da participação de bens industriais:
 - Mitigar a ação de barreiras tarifárias e não tarifárias e obstáculos regulatórios, que afetam sobretudo a indústria brasileira;
 - Acompanhar a implementação da nova política industrial europeia (“European Industrial Strategy”, lançada em março de 2020), com o objetivo de identificar possíveis modelos de política e também eventuais subsídios distorsivos.
4. Acompanhar e participar das ações de defesa comercial (antidumping, medidas compensatórias e salvaguardas) iniciadas pela UE que afetem interesses brasileiros (por exemplo, os do setor siderúrgico), de modo a assegurar a sua compatibilidade com as normas internacionais e a evitar ou mitigar sua incidência sobre as exportações brasileiras;
5. Monitorar e, quando possível, influenciar, tendo em vista os interesses brasileiros, os debates relacionados à adoção de medidas de cunho ambiental com impacto sobre o comércio, tais como o Mecanismo de Ajuste de Carbono na Fronteira (Carbon Border Adjustment Mechanism – CBAM), o programa “da Fazenda ao Garfo” (“Farm to Fork”), a lei contra o desmatamento (“Deforestation Law”) e temas relacionados à biotecnologia:
 - Participar de eventos e debates relacionados à adoção de medidas de cunho ambiental com impacto sobre o comércio; e
 - Incentivar a participação de atores brasileiros nas consultas públicas promovidas pela UE, no contexto da elaboração de políticas relacionadas ao comércio de bens e serviços.
6. Acompanhar propostas da Comissão Europeia de legislação sobre diligência devida (“due diligence”) que visam a combater o chamado “desmatamento importado” e introduzir obrigações relacionadas a padrões trabalhistas e a direitos humanos, por meio de medidas comerciais, com potenciais impactos sobre as exportações brasileiras.
7. Buscar recursos, nas fontes financiadoras europeias, como o Banco Europeu de Investimentos (BEI), para a viabilização de projetos sustentáveis nas áreas de energia, saneamento e transportes no Brasil;
8. Manter as autoridades competentes brasileiras informadas a respeito das novas regras de regulamentação de serviços e comércio digitais na UE - “Digital Markets Act” e “Digital Services Act”; e
9. Acompanhar tendências da UE em matéria econômica, financeira e de investimentos;

- Monitorar medidas e propostas de avaliação e controle de investimentos (“investment screening”), em particular as que afetem os interesses brasileiros;
 - Monitorar a implementação e ampliação da taxonomia de investimentos da UE, que identifica quais setores da economia do bloco podem ser considerados ambientalmente sustentáveis;
 - Acompanhar o processo de adequação da política monetária do Banco Central Europeu (BCE) às finanças sustentáveis; e
 - Acompanhar a implementação do projeto de transferência de recursos aos estados membros, no âmbito do pacote de apoio (“NextGenEU”), criado para combater os efeitos econômicos da pandemia de COVID-19, assim como a possível adoção de nova política fiscal comunitária, em substituição aos chamados “critérios de Maastricht” para déficit orçamentário e dívida pública, a partir de 2023.
- 10.** Acompanhar os trabalhos da Organização Mundial das Aduanas (OMA), com vistas a evitar entraves às exportações brasileiras que possam, por exemplo, ocorrer em função de mudanças na classificação de mercadorias.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1. Número de reuniões e gestões realizadas pelo Posto com interlocutores da UE e do MERCOSUL sobre a conclusão das pendências técnicas, revisão jurídica e outros aspectos direta ou indiretamente relacionados à negociação, assinatura, ratificação e implementação do Acordo de Associação MERCOSUL-UE;
2. Número de telegramas e demais relatórios do Posto sobre o processo de conclusão e implementação do Acordo de Associação MERCOSUL-UE;
3. Número de reuniões (incluindo preparatórias) do Mecanismo de Consultas SPS;
4. Número de gestões junto a interlocutores europeus destinadas a superar e evitar obstáculos tarifários, não-tarifários e regulatórios às exportações brasileiras;
5. Número de relatórios produzidos pela Missão sobre desafios no âmbito tarifário, não-tarifário e regulatório às exportações brasileiras;
6. Número de expedientes telegráficos produzidos pelo Posto sobre medidas de cunho ambiental com possíveis impactos sobre o comércio;
7. Número de relatórios do Posto sobre tendências macroeconômicas, bem como sobre regras de investimentos e medidas de controle e avaliação de investimentos;
8. Número de expedientes produzidos pela Missão que reportam sobre o “Digital Markets Act” e o “Digital Services Act”; e

9. Evolução, por ano de gestão, do número de participação em eventos, debates ou consultas públicas sobre políticas comunitárias que possam redundar em barreiras a comércio e a investimentos.

II - Relações políticas bilaterais;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Promover a retomada e a intensificação do diálogo político de alto nível e nas diversas instâncias técnicas, sobretudo no marco da Parceria Estratégica Brasil-UE, por meio de reuniões de Cúpula, encontros ministeriais, reuniões da Comissão Mista e dos Diálogos Setoriais;
2. Avaliar e consolidar a extensa lista de Diálogos Setoriais de forma a gerar os melhores resultados e a maximizar os recursos humanos e materiais disponíveis;
3. Manter atualizado o arcabouço jurídico que regula a relação bilateral e zelar para que se realizem, com frequência regular, as reuniões de suas instâncias de acompanhamento e controle, inclusive no caso dos instrumentos internacionais interinstitucionais que não tenham o Ministério das Relações Exteriores como Parte integrante ou decisória;
4. Acompanhar as posições da UE sobre a expansão do bloco, com ênfase nos Bálcãs e na Turquia, assim como suas relações com sua “vizinhança”, incluindo Ucrânia e Rússia, e países do Cáucaso, Oriente Médio e África, contemplando, inclusive, as tendências de sua política de cooperação para o desenvolvimento;
5. Esquadrinhar as relações externas da UE, sobretudo com países da América Latina e Caribe, da Ásia (em particular, China) e com os Estados Unidos, com especial atenção tanto a possíveis implicações para os interesses brasileiros como a oportunidades de ação coordenada.
6. Acompanhar as atividades das diferentes instâncias do Parlamento Europeu (PE);
 - Buscar aproximação, sobretudo, com os eurodeputados (e suas respectivas equipes) que compartilhem posições com o Brasil ou que sejam atuantes em temas latino-americanos, mas também com aqueles que demonstram posições negativas em relação ao Brasil ou às relações com nosso país;
 - Acompanhar e quando possível influenciar os encontros da Delegação do PE para as Relações com o Brasil (D-BR), da Delegação do PE para as Relações com o MERCOSUL (DMER) e da Delegação do PE à Assembleia Parlamentar Euro-Latino-Americana (DLAT);
 - Monitorar a apresentação e acompanhar ativamente a evolução de propostas de resoluções que tenham impacto sobre os interesses do Brasil, como, por exemplo, as relativas ao Acordo de Associação MERCOSUL-UE;

- Registrar as respostas de instituições e órgãos da União Europeia a perguntas submetidas por europarlamentares sobre temas afetos ao Brasil;
 - Contribuir para fortalecer o diálogo, sobretudo no marco das reuniões Interparlamentares Brasil-Parlamento Europeu ou do grupo de amizade Brasil-UE do Congresso Nacional; e
 - Apoiar a organização de missões parlamentares de parte a parte.
7. Buscar e reforçar a aproximação com as Representações diplomáticas dos estados membros da UE e de terceiros países, sobretudo do MERCOSUL, a fim de dar visibilidade e promover a políticas nacionais e apresentar posições do Brasil em temas específicos, em particular, quando houver potencial para ação conjunta em prol de interesses do país e da América Latina e do Caribe; e
 8. Defender os interesses brasileiros nas etapas dos processos normativos comunitários, inclusive divulgando e estimulando a participação de instituições brasileiras em consultas públicas abertas pela UE.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1. Número de reuniões bilaterais de alto nível no âmbito da Parceria estratégica;
2. Evolução do número de reuniões de Diálogos Setoriais, por ano de gestão;
3. Evolução do número de missões brasileiras ao espaço comunitário, por ano de gestão;
4. Evolução do número de missões europeias ao Brasil, por ano de gestão;
5. Número de reuniões dos comitês diretores dos acordos vigentes, conforme o cronograma previsto;
6. Número de telegramas acerca da evolução do projeto europeu e suas relações com o mundo;
7. Índice de participação de instituições brasileiras em consultas públicas abertas por instituições comunitárias;
 - *(Número de consultas públicas que contaram com a participação do Brasil / Número total de consultas públicas abertas por instituições comunitárias) x 100*
8. Evolução do número de encontros de delegações parlamentares de parte a parte, por ano de gestão;
9. Evolução do número de reuniões de diplomatas do Posto com eurodeputados, suas equipes de assessores e técnicos do “think tank” do PE, por ano de gestão; e
10. Evolução da participação de representantes da Missão em reuniões e eventos no Parlamento Europeu.

III - Atuação junto a organismos regionais ou multilaterais, quando for o caso, incluindo candidaturas, reuniões oficiais e programas de cooperação;

A Missão vai monitorar a posição comunitária junto a todos os organismos relevantes aos interesses brasileiros, mas vale ressaltar que a Organização Mundial das Aduanas (OMA) é a

única organização multilateral no âmbito da jurisdição da Missão, dando-se a atuação do Posto em apoio à participação da autoridade aduaneira, Receita Federal do Brasil (RFB).

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Acompanhar as iniciativas na OMA, inclusive de facilitação de comércio de insumos para vacinas;
2. Mapear a evolução das posições comunitárias em foros multilaterais selecionados, a exemplo das Nações Unidas ou do G20, particularmente em assuntos de meio ambiente, desenvolvimento sustentável, energia, transição digital e telecomunicações, direitos humanos e direito humanitário, defesa e segurança, entre outros;
3. Apoiar as iniciativas de cooperação com a UE em diversos temas da pauta multilateral da Organização Mundial do Comércio (OMC), como agricultura, comércio eletrônico, facilitação de investimentos para o desenvolvimento, regulação doméstica de serviços, micro e pequenas empresas, reforma da OMC e reabilitação do Sistema de Solução de Controvérsias;
4. Fazer gestões em favor do apoio da UE ao ingresso do Brasil na OCDE; e
5. Buscar o apoio da UE no contexto de candidaturas de nacionais brasileiros a cargos internacionais.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1. Número de reuniões com interlocutores europeus sobre candidaturas brasileiras;
2. Número de relatórios da Missão sobre temas afetos à relação com a UE na OMC e na OMA;
3. Número de reuniões bilaterais a respeito da agenda de organismos multilaterais;
4. Índice de manifestações favoráveis da UE a pleitos e candidaturas brasileiras.
 - *(Número de manifestações favoráveis da UE a candidaturas brasileiras / Número de candidaturas brasileiras que necessitam ou se beneficiariam do apoio da UE) x 100.*
 - *OBS: O apoio da UE a candidaturas brasileiras não depende exclusivamente da atuação da Missão do Brasil.*
5. Número de telegramas e relatórios a respeito das posições comunitárias e das possibilidades de cooperação com o Brasil.

IV - Promoção da imagem do país, da cultura brasileira, do turismo e da marca Brasil;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Promover a imagem, a cultura e os interesses do Brasil no espaço comunitário, por intermédio de ferramentas de diplomacia pública:

- Monitorar as atitudes e aprofundar os canais de diálogo com a imprensa local, a sociedade civil e agremiações setoriais – dialogando com vistas a rebater teses equivocadas, quando necessário;
 - Acompanhar as atividades de “think tanks” e instituições de pesquisa especializados em assuntos comunitários e na relação entre a União Europeia e a América do Sul, e com o Brasil em particular; e
 - Acompanhar as manifestações de autoridades comunitárias em meios eletrônicos e empregar os canais institucionais de comunicação do Posto, com especial atenção à gestão das redes sociais.
2. Acompanhar eventos nos quais temas afins ao Brasil sejam pautados e enviar esforços para que representantes nacionais sejam convidados a participar de eventos públicos;
 3. Organizar e participar de eventos destinados a promover a imagem do país, inclusive em conjunto com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil);
 4. Promover e fortalecer a imagem dos produtos brasileiros, sobretudo no que diz respeito às suas credenciais de sustentabilidade;
 - Articular, com o escritório da Apex-Brasil em Bruxelas, ações de promoção dos produtos brasileiros e de desenvolvimento de atividades de inteligência comercial; e
 - Manter interlocução com os principais importadores europeus de produtos brasileiros e com outros atores locais relevantes.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1. Evolução, por ano de gestão, da participação de representantes da Missão em eventos relacionados à imagem do Brasil e de seus produtos;
2. Evolução, por ano de gestão, do número de publicações em meios de comunicação institucionais sobre a imagem do Brasil e de seus produtos;
3. Evolução, por ano de gestão, do número de publicações em redes sociais para promover os produtos e a imagem brasileira;
4. Evolução, por ano de gestão, do número de seguidores e compartilhamentos de publicações da Missão em redes sociais institucionais; e
5. Evolução, por ano de gestão, do número de ações realizadas em conjunto com a Apex-Brasil.

V - Cooperação para o desenvolvimento sustentável e a proteção ao meio ambiente;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Atuar no sentido de alinhar os mecanismos comunitários de cooperação às prioridades nacionais, em nível bilateral, e acompanhar os mecanismos

birregionais entre a América Latina e o Caribe e a UE, de forma a preservar os interesses do Brasil;

2. Promover a cooperação com a UE na área de desenvolvimento sustentável e proteção ao meio ambiente, aproveitando convergências existentes nas agendas brasileira, europeia e internacional, em temas como recuperação de ecossistemas e solos degradados, economia circular, finanças sustentáveis e a implementação do Acordo de Paris, bem como o Marco Global de Biodiversidade pós-2020;
 - Fomentar parcerias e projetos entre o Brasil, os demais países amazônicos e a União Europeia, especialmente por meio da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA).
3. Promover a bioeconomia brasileira e o pagamento pelos serviços ambientais prestados pelo Brasil, buscando engajar a UE e atores privados em iniciativas brasileiras, regionais e internacionais direcionadas a esses temas;
4. Acompanhar e procurar influenciar a formulação e o trâmite de regulamentos e projetos legislativos na área de desenvolvimento sustentável e proteção ao meio ambiente, identificando riscos, impactos e oportunidades para o Brasil;
5. Consolidar e ampliar os canais de diálogo na área de desenvolvimento sustentável e proteção ao meio ambiente, de modo a fomentar o mútuo conhecimento sobre as realidades e os desafios locais, os projetos em andamento e as oportunidades de cooperação; e
6. Promover cooperação entre a UE e o Brasil em bioenergia e biocombustíveis como instrumentos essenciais para o desenvolvimento econômico de baixo carbono e para a ampliação das fontes de energia renováveis.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1. Número de reuniões, eventos e gestões com interlocutores europeus sobre desenvolvimento sustentável, proteção ao meio ambiente e promoção da bioenergia e dos biocombustíveis;
2. Número de relatórios produzidos pela Missão sobre desenvolvimento sustentável, proteção ao meio ambiente e promoção da bioenergia e dos biocombustíveis no âmbito da UE;
3. Número de projetos entre o governo brasileiro e a UE nas áreas de desenvolvimento sustentável, proteção ao meio ambiente e promoção da bioenergia e dos biocombustíveis; e
4. Número de telegramas e relatórios sobre os temas de desenvolvimento sustentável e meio ambiente.

VI - Cooperação em ciência, tecnologia e inovação;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Incrementar o intercâmbio científico-educacional entre Brasil e UE, em harmonia com os objetivos e interesses do sistema nacional de Educação, Pesquisa e Inovação; e com especial atenção ao risco de evasão de talentos e empresas;
2. Subsidiar o sistema brasileiro de pesquisa e inovação com dados sobre as áreas em que a UE é pioneira no desenvolvimento científico e informações sobre seu respectivo quadro normativo/regulatório, de forma a identificar ações diplomáticas e técnicas preventivas que possam garantir que as posições brasileiras sejam incorporadas em tempo hábil ao processo normativo comunitário;
3. Manter as autoridades nacionais e a rede brasileira de Pontos Nacionais de Contato informada acerca das estatísticas da cooperação bilateral e dos desdobramentos das políticas comunitárias na área de Educação, Pesquisa e Inovação, em suas múltiplas vertentes, em especial nos domínios digital, ambiental, espacial e de saúde, além da cooperação na região do Atlântico Sul;
4. Realizar gestões a fim de assegurar que a cooperação científica bilateral se dê, prioritariamente por meio da modalidade de convocatórias conjuntas e de acordo com as premissas fundamentais da abertura, da reciprocidade e da participação de instituições nacionais em condições igualitárias com aquelas de terceiros países com capacidades semelhantes ao Brasil;
5. Difundir, entre as autoridades comunitárias, informações sobre as atividades de ponta das instituições nacionais de excelência, com foco adicional nas equipes técnicas responsáveis pela elaboração direta das políticas e pela redação dos textos das convocatórias, com vistas a criar o reconhecimento pleno das capacidades do Brasil na área científica;
6. Mobilizar a rede de contatos responsáveis pelo dossiê de pesquisa e inovação nas missões diplomáticas de terceiros países sediadas em Bruxelas, de modo a coordenar posições e encaminhar pleitos comuns às instituições europeias;
7. Promover o estreitamento das relações entre Brasil e UE em todo o espectro da agenda de transição digital, principalmente no tocante aos padrões de telecomunicação 5G e 6G, inteligência artificial, regulação de grandes plataformas eletrônicas e suas práticas de mercado, computação quântica, ferramentas de governo digital e gestão de dados, entre outros; e
8. Fortalecer a aproximação do Brasil com a Comunidade Europeia da Energia Atômica (EURATOM) e com o Centro de Pesquisas Conjuntas (“Joint Research Centre” - JRC).

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1. Número de expedientes telegráficos produzidos pela Missão sobre oportunidades e avanços em pesquisa e inovação na UE, bem como sobre as estatísticas de cooperação bilateral;

2. Evolução, por ano de gestão, do número de convocatórias conjuntas realizadas durante a gestão;
3. Evolução, por ano de gestão, do número de reuniões e gestões junto a interlocutores europeus sobre cooperação científica bilateral;
4. Número de ações de difusão, em publicações, mídias sociais e eventos, de instituições e projetos brasileiros de excelência em pesquisa e inovação;
5. Número de reuniões com missões de terceiros países para coordenação de posições sobre pesquisa e inovação; e
6. Número de reuniões de mecanismos bilaterais focados em pesquisa e inovação durante a gestão.

VII - Cooperação em educação, cultura, saúde e defesa;

Considerando que temas culturais não estão entre as competências primárias da Missão do Brasil junto à União Europeia em Bruxelas, a margem de ação do Posto nesse domínio é limitada. Não obstante o que precede, a Missão se coordenará com a Embaixada do Brasil na Bélgica e com o Consulado-Geral em Bruxelas para, sempre que possível, participar e auxiliar nas atividades de promoção cultural.

Os assuntos pertinentes às competências da Missão no âmbito da cooperação educacional foram contemplados no item anterior.

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

Cooperação em Defesa

1. Acompanhar o movimento europeu em direção ao fortalecimento de suas capacidades de ação militar conjunta, no contexto das crescentes demandas por autonomia estratégica, seus desdobramentos geopolíticos e eventuais sinergias e conflitos com os interesses nacionais;
2. Apoiar, conforme os interesses nacionais, o envolvimento do Brasil em missões comunitárias nas áreas de segurança e manutenção da paz, com especial atenção aos países de língua portuguesa; e
3. Coordenar posições e intensificar a cooperação na área de cibersegurança e no combate à desinformação nas plataformas eletrônicas.

Cooperação em Saúde

4. Monitorar os avanços realizados pela UE na área da saúde, em particular a evolução da situação epidemiológica de COVID-19 no bloco, as campanhas vacinais e a conformação da cadeia de produção de vacinas no bloco;
5. Acompanhar e registrar a evolução das regras de ingresso de pessoas no espaço europeu em razão de questões sanitárias;

6. Apoiar a interlocução entre autoridades governamentais para a liberação de eventuais entraves de natureza sanitária ao ingresso de brasileiros no espaço europeu, em bases mutuamente acordadas e respeitada a reciprocidade;
7. Informar a existência de entraves potenciais à livre circulação de insumos médicos, a exemplo da existência de mecanismos de autorização prévia à exportação de vacinas;
8. Acompanhar a evolução dos debates sobre propriedade intelectual na área sanitária; e
9. Explorar a possibilidade de diálogo e cooperação em outras áreas de saúde, além daquelas ligadas à COVID-19:
 - Examinar o aprofundamento do diálogo em áreas já abordadas no contexto da Parceria Estratégica, como cooperação triangular em saúde, saúde e segurança no ambiente de trabalho, e saúde global;
 - Acompanhar propostas e processos de fortalecimento das competências da UE na área de saúde, especialmente no âmbito da iniciativa União Europeia pela Saúde ("EU4Health");
 - Promover a aproximação com instituições europeias na área de saúde, como a Agência Europeia de Medicamentos (EMA) e o Centro Europeu de Controle de Doenças (ECDC); e
 - Intensificar o diálogo e reforçar a coordenação, quando pertinente, em temas de saúde em foros multilaterais.

iii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1. Número de reuniões, gestões e outras ações da Missão sobre projetos de cooperação no campo de saúde e defesa; e
2. Número de expedientes telegráficos produzidos pelo posto sobre os temas de saúde e defesa durante a gestão.

VIII - Cooperação para promoção de desenvolvimento socioeconômico e combate às desigualdades;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Fazer gestões em prol da criação de instância bilateral para o gerenciamento do portfólio de projetos de cooperação bilateral e regional, de forma a assegurar o envolvimento direto da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e o alinhamento das iniciativas às políticas setoriais nacionais;
2. Avançar na direção da celebração do Memorando bilateral sobre a cooperação com terceiros países, cuja negociação está finalizada, com especial atenção para a sua implementação em benefício de países do continente africano;

3. Fortalecer a cooperação bilateral em temas de direitos humanos, sobretudo no marco do “Diálogo de Alto Nível Brasil-UE em Direitos Humanos” e, sempre que possível, coordenar posições em foros internacionais sobre essa temática;
4. Acompanhar os principais debates sobre direitos humanos no âmbito das instituições comunitárias, com especial enfoque em temas que tenham relevância para a imagem do Brasil ou influência sobre outras agendas, tal como a econômica; e
5. Manter as instituições europeias relevantes informadas acerca da situação de direitos humanos no Brasil e sobre políticas públicas nesse setor.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1. Número de gestões e reuniões sobre projetos de cooperação bilateral e regional e sobre a celebração do Memorando de Entendimento;
2. Êxito na criação de instância conjunta de gestão da cooperação bilateral;
3. Número de telegramas produzidos acerca da temática de direitos humanos; e
4. Número de reuniões do Diálogo bilateral em direitos humanos.

IX - Cooperação na área de fronteira;

Considerando que temas de fronteira não estão entre as competências primárias da Missão do Brasil junto à União Europeia, a margem de ação do Posto nesse domínio é limitada. Cabe esclarecer, a propósito, que a zona de fronteira compartilhada pelo Brasil com um dos estados membros da União Europeia, a França - a Guiana Francesa é um dos seus departamentos ultramarinos – recai sob as atribuições da Embaixada do Brasil em Paris.

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO:

1. Acompanhar as discussões na União Europeia a respeito dos temas fronteiriços, tendo em vista seu impacto para a temática migratória e de refúgio;
2. Compartilhar e dar visibilidade às boas práticas brasileiras em políticas migratórias, a exemplo da “Operação Acolhida”;
3. Buscar aproximação com vistas à cooperação com a Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira (Frontex);
4. Apoiar a cooperação, em nível bilateral e regional, entre as respectivas autoridades de justiça e as forças policiais – inclusive nos contextos das ramificações locais da Agência da União Europeia para a Cooperação em Justiça Criminal (Eurojust) e da Agência da União Europeia para a Cooperação Policial (Europol), ambas sob a jurisdição da Embaixada do Brasil na Haia -, com vistas a fortalecer o combate aos ilícitos transnacionais; e
5. Quando instruída, atuar em prol da negociação de acordo de parceria entre o Brasil e a Eurojust.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1. Número de telegramas acerca da evolução das políticas migratórias e de refúgio da UE;
2. Número de gestões com vistas a aprofundar a relação com Eurojust, Europol e Frontex; e
3. Êxito na obtenção de status de país parceiro na Eurojust.

X - Apoio às comunidades brasileiras no exterior

Considerando que temas consulares não estão entre as competências primárias da Missão do Brasil junto à União Europeia em Bruxelas, a margem de ação do Posto no tocante ao apoio direto às comunidades brasileiras é limitada.

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO:

1. Acompanhar a evolução das discussões na UE a respeito dos temas consulares, tendo presente a tendência de ampliação progressiva das suas competências particulares em temas sanitários, migratórios e de refúgio; e
2. Zelar para que o arcabouço legal e regulatório em temas consulares e migratórios, inclusive na forma de acordos bilaterais de isenção de vistos, esteja vigente e funcional naqueles aspectos que recaem sob a competência exclusiva da UE, a exemplo do reconhecimento de “passaportes sanitários”, entre outras áreas que possam surgir no futuro;
3. Acompanhar a evolução das regras de entrada e saída do “Espaço Schengen”, inclusive no que diz respeito ao “Sistema Europeu de Informação e Autorização de Viagem” (ETIAS).

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1. Número de telegramas acerca da evolução das políticas da UE com potencial impacto sobre temas consulares bilaterais, bem como acerca da eventual necessidade de atualizar o arcabouço legal e regulatório em temas consulares e migratórios.
2. Número de reuniões e gestões junto a autoridades comunitárias.